



23(1):5-11
jan./jul. 1998

EDITORIAL

Neste número de *Educação & Realidade*, oferecemos ao leitor e à leitora um conjunto de artigos que aproximamos entre si por discutirem, cada um a seu modo, três temas fundamentais profundamente interligados: os temas da cidadania, da gestão da educação e da globalização. Trata-se de pensar a prática educacional e pedagógica do ponto de vista mais amplo do exercício da democracia, num tempo em que esse mesmo conceito – da democracia – é rediscutido, diante de alguns problemas aos quais não temos como fugir: por exemplo, a constatação de que vivemos um capitalismo globalizado juntamente com a experiência de uma ampla democracia que, no entanto, como escreve Habermas, funciona em alguns casos apenas sofrivelmente. Outra questão, relacionada à anterior, pode assim ser feita: de que modo compreender o exercício democrático das sociedades contemporâneas, a atuação democrática dessas sociedades em direção a si mesmas, ao mesmo tempo em que, necessariamente, precisam também voltar-se para além das fronteiras nacionais?

Guardadas as proporções, a pergunta pode e deve fazer-se considerando um determinado campo, como o da educação, por exemplo. De que modo compreender o exercício da democracia, o aprendizado dos direitos humanos, a prática da autogestão, dentro do espaço escolar, sem estabelecer as ligações absolutamente necessárias e fundamentais de todas essas práticas com as decisões mais amplas, nacionais, inclusive internacionais, sobre políticas públicas de educação, estabelecimento de parâmetros curriculares, definição de verbas para formação de professores, lutas em torno de propostas sobre a autonomia universitária, e assim por diante?

Pensar em direitos para todos envolve muito mais do que uma afirmação formal, meramente teatral: parafraseando Anatole France, pode-se dizer que não é suficiente que todos tenham o mesmo direito, por exemplo, de dormir sob as pontes. A compreensão do que sejam os direitos humanos – e também a democracia – ampliou-se nas últimas décadas, em virtude principalmente de uma série de conquistas de grupos minoritários, étnicos, geracionais, de opções sexuais e de gênero, raciais, profissionais, de tal forma que novos problemas nos são colocados: quais os limites de expressão e de respeito às diferenças? Como identificar a luta pela expressão do diferente, quando esta também pode gerar novas formas de exclusão?

Da mesma forma, a ampliação do conceito de democracia leva-nos ao entendimento de que, para além do respeito às diferenças, há que se pensar no exercício cotidiano e prático dos direitos e deveres do cidadão; nesse sentido, caminhamos em direção a uma proposta segundo a qual os destinatários das leis deveriam ser, eles mesmos, também seus autores. Ou seja, a participação dos diferentes grupos e segmentos sociais, solidariamente, na elaboração ou na sugestão das leis e normas que regerão suas vidas comunitárias e individuais, parece atualmente definir uma parcela significativa das propostas de democracia e cidadania.

O primeiro artigo desta nossa edição, “Da escola utópica à escola heterotópica”, de Ireno Antônio Berticelli, contempla a discussão que vimos fazendo até aqui, na medida em que se propõe a “desconstruir a utopia escolar como um lugar privilegiado e quase exclusivo das oportunidades educacionais”. Em outras palavras, Berticelli nos convida a ver a escola para além da escola, a dirigir o olhar para outros lugares, para as “heterotopias” da educação, nestes tempos ditos pós-modernos e globalizados. Ele defende a idéia de que os agentes pedagógicos, bem como os pesquisadores e demais pensadores da educação, precisariam compreender e atuar segundo uma nova maneira de “estar” da escola, para além das simetrias, dos espaços e dos tempos clássicos, que caracterizaram esse lugar de ensinar e aprender mais como um lugar de confinamento do que propriamente de liberdade e prazer de saber. O autor afirma que a desterritorialização da escola já existe (veja-se a “realidade” dos espaços virtuais, por exemplo) e é um processo que precisa urgentemente ser discutido e entendido. Fundamentado em pensadores como o italiano Gianni Vattimo (autor, entre outros livros, de *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna* e de *A sociedade transparente*), Gilles Deleuze, Félix Guattari e Anthony Giddens, Ireno Berticelli aponta para a destruição de um certo “sólido escolar”, que estaria sendo substituído por tempos e espaços diversificados, menos compartimentados e mais disponíveis à transformação, a participações diferenciadas de todos os agentes envolvidos com a educação.

Volker Lenhardt, professor da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, traz – em “Educação numa sociedade mundial: globalização como desafio à pedagogia” – uma preciosa discussão a respeito deste tema: como pensar a idéia

de uma sociedade mundial, globalizada, dentro de uma análise teórica do social, considerando especificamente o campo da educação? Afinal, o que é e como deve ser tratada a diferença, nesse novo sistema social em que estamos imersos? Se há globalização no setor econômico, diz o autor, é bem verdade que ela também se dá nos planos da informação, da ecologia, da cultura. Ou seja: até nossas ações cotidianas, nas suas diferentes dimensões e conflitos, nesse sentido, poderiam ser caracterizadas como “sem fronteiras”. Mas, como questionávamos acima, também Lenhardt se indaga: pode-se falar numa sociedade mundial sem deixar de afirmar que permanecem entre nós ainda enormes diferenças, visíveis e drásticas desigualdades?

Fundamentado especialmente em Habermas, Volker Lenhardt revisita o conceito de “sistema”, propondo que, a partir da idéia de uma “sociedade mundial”, se pensem os diferentes sistemas parciais (econômico, cultural, educacional, etc) como detentores de propriedades que ultrapassam aquele setor específico: no campo da educação, deve-se entender que professores e alunos, por exemplo, agem num mundo bem mais amplo do que o restrito meio educacional. Hoje, diz o autor, direitos e deveres educacionais estão especificados constitucionalmente em nível transnacional; da mesma forma, currículos são standardizados, e pode-se dizer que haveria uma espécie de “semântica educacional” propagada mundialmente; finalmente, a educação é um setor que também estaria sendo controlado globalmente: a educação das mulheres e a educação para a paz e para a democracia são ações cobradas por organismos internacionais, que fazem uma espécie de “observação global” da educação, de modo particular desde a Conferência Mundial “Educação para todos”, realizada em 1990 em Jomtien, Tailândia. Essa observação detecta, por exemplo, que – embora todos os direitos assinados e divulgados – permanecem inúmeras e sérias desigualdades no sistema educacional mundial. Um dos dados trazidos pelo autor é o que se refere à alfabetização das mulheres: neste final de século, mais de 98 por cento delas são alfabetizadas, nos países industrializados; já nos países em desenvolvimento, apenas 61 por cento. Outro, formalizado numa pergunta, é este: como lutar com o fato cultural e político de que, por exemplo, no Afeganistão, ainda hoje as milícias do Taliban impedem que as meninas frequentem a escola?

No texto de Lenhardt, vamos encontrar propostas concretas de enfrentamento das questões que colocam a educação no centro dos problemas trazidos pela mundialização da economia e da cultura. O autor propõe, como “tarefas do agir pedagógico”, em primeiro lugar, que pensadores e pesquisadores tematizem a educação na sua relação com o mercado de trabalho: não se trata apenas de qualificar para o trabalho mas de educar para as competências de ação social exigidas em nosso tempo. A seguir, sublinha que o ensino tem um papel decisivo no sentido da institucionalização social dos direitos humanos e da liberdade dos povos, dos grupos e dos sujeitos individuais e sociais: não se trata apenas de ensinar a respeitar os direitos, mas de efetivamente planejar e executar progra-

mas de ensino em direitos humanos, considerando a própria educação como um deles, e preparando pessoal qualificado para atuar nesse campo específico. Também a educação para a paz, diante dos inúmeros conflitos étnicos, religiosos, culturais, econômicos e sociais, faz-se urgente, segundo Lenhardt: revisões curriculares se impõem, de modo que o ensino de História, Geografia, Educação Cívica, Línguas, por exemplo, se revista de um conteúdo eminentemente voltado para os direitos do cidadão, para a consciência democrática, para as possibilidades e necessidade de vida conjunta num meio multicultural e multi-étnico. Finalmente, ele propõe uma pedagogia do reconhecimento das minorias e de proteção às diferentes identidades coletivas: as diversas práticas de educação de adultos – como encontramos em vários estados do Brasil – seriam um claro exemplo de tal tipo de pedagogia, exigido para estes tempos.

Geraldo Magela Pereira Leão, autor de “Gestão da educação e qualificação docente: algumas reflexões em torno da formação permanente de professores/as”, discute, a partir do relato de algumas iniciativas de formação em serviço, implementadas em escolas públicas de dois estados brasileiros (Minas Gerais e São Paulo), o esgotamento de velhos paradigmas de formação técnica – baseados nas fórmulas do fordismo/keynesianismo e do taylorismo. Segundo o autor, o trabalho cooperativo, o alto grau de autonomia dos agentes, as novas habilidades surgidas a partir da solidificação de uma sociedade “cognitiva” – associados às lutas sociais pelas quais se reivindica e afirma a educação de qualidade para todos – conduziram os educadores a exigirem uma formação continuada. Mas de que formação se trata?

O autor contrapõe pelo menos dois modelos de formação permanente, que estão intimamente ligados a modelos de gestão de educação: a civil democrática e a produtivista. E, a partir do relato de três experiências em escolas públicas, mostra como os projetos de formação permanente, numa abordagem tipicamente técnico-instrumental, podem considerar o professor como mero transmissor de conhecimento, deixando de lado uma série de saberes ligados à identidade e à experiência pessoal e profissional dos envolvidos. Da mesma forma, essas propostas podem reduzir-se a experiências de reciclagem e treinamento, isolando e individualizando momentos de aprender e tratando o professor como alguém apenas a ser adestrado. Também há os casos de iniciativas de “qualidade total”, em que predomina um esforço de “mudança de atitude”, muito próximo do que se faz atualmente em grandes empresas, no sentido de um apelo ao envolvimento emocional, positivo e criativo do empregado, sem que se questione seus impasses cotidianos e concretos nas situações de trabalho. Finalmente, propõe-se, para uma discussão, o caso de experiências que, a exemplo do que sucedeu no município de São Paulo, de 1989 a 1992, buscaram uma relação mais produtiva com a Universidade, tratando a formação do professor diretamente vinculada a uma reforma curricular e a uma discussão do projeto pedagógico da escola pública; ou seja: considerando o professor e a professora como participantes da própria mudança em sua prática cotidiana. Citando Miguel

Arroyo, o autor conclui sobre a necessidade de novas pesquisas nessa área específica, já que inúmeras propostas de formação permanente do professorado e de gestão pública da educação são conhecidas mais no nível das intencionalidades e diretrizes do que propriamente de práticas efetivas.

Renata Giovine, da Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires (Argentina), no artigo “Cómo se reconstruye la ciudadanía en las reformas educativas de los '90?”, convida-nos a participar de um debate sobre as novas tendências que estariam se configurando, no que diz respeito ao papel da escola na “formação cidadã”. A autora faz uma revisão histórica de como a escola foi-se constituindo como a instituição, por excelência, encarregada de transmitir um certa “cultura civilizatória homogênea”: o acesso à cidadania implicaria o gozo gradual de direitos civis, mas também um processo de identificação nacional. Fundamentada em Michel Foucault, a autora considera que a função de socializar, conferida à escola, deve ser vista junto com as funções de governar e de regular moralmente os sujeitos.

Analisando o caso argentino, Renata Giovine faz uma reflexão crítica a respeito de como tem sido considerada a formação do cidadão e a gestão educacional. Segundo a autora, os processos de descentralização da gestão político-educativa muitas vezes significam uma espécie de mascaramento das relações de poder no campo escolar, na medida em que o Estado, através de seu Ministério da Cultura e Educação, é em última instância o centro do controle da qualidade e da elaboração dos conteúdos básicos a serem tratados na escola. Por outro lado, dada a fragmentação dos espaços públicos produtores de identidades – de modo que outros lugares hoje dividem, vantajosamente, com a escola, essa função, como é o caso dos meios de comunicação –, novos problemas se colocam para a sociedade e para a formação do cidadão, extremamente subjetivado por uma “cultura hedonista do consumo”. Ainda, o ideal de integração, defendido pelas políticas neoliberais, acaba por privilegiar uma certa cultura e um certo tipo de sujeito, essencial e universal, em detrimento das múltiplas dinâmicas culturais presentes e atuantes nas sociedades.

Diante desse quadro, a autora propõe que a tarefa da escola seria, entre tantas outras, junto com o respeito às diferenças de todos os tipos, a de produzir e colocar em operação ferramentas teóricas e metodológicas que permitam a professores e alunos o exercício permanente da dúvida, diante dos efeitos de verdade dos discursos que circulam nos diferentes lugares institucionais. Mesmo assim, permanecem vários questionamentos, idênticos a outros já referidos acima: garantir os interesses particulares, no âmbito escolar, num contexto de crescente desigualdade social, não estaria significando a própria legitimação das diferenças sociais?

Em “Dinamicas de genero en los discursos constitutivos de la gestion de las escuelas primarias argentinas”, Graciela Morgade, da Universidade de Buenos Aires, de certa forma complementa a reflexão feita por Renata Giovine. Graciela faz uma análise dos discursos que circulam na sociedade argentina, sobre as

relações de poder nas escolas, a partir de uma perspectiva de gênero. Argumentando, primeiramente, que a burocracia tem funcionado como “organização científica da desigualdade”, a autora mostra de que modo as relações de poder nas instituições modernas têm privilegiado uma “noção burguesa de masculinidade”, associada a um discurso da racionalidade técnica, do desenvolvimento de regras impessoais – atributos do “público” –, que se constituiria em oposição ao mundo dito privado: das emoções, dos afetos, da subjetividade. Essa análise é complexificada, na medida em que se apropria da noção de poder em Foucault: para Graciela, as instituições burocráticas, ao mesmo tempo em que corporificam a racionalidade instrumental, num nível supra-individual, também contam com a participação dos sujeitos organizados e com todas as suas demandas, de participação, pressão, em suma, de resistência. De qualquer forma, considerando as relações de gênero, é certo que a classificação das mulheres no mundo do privado, da subjetividade e inclusive da irracionalidade ainda permanece nas práticas institucionais.

Realizando uma análise histórica detalhada das legislações, a respeito da gestão nas escolas primárias argentinas, Graciela conclui que, na atualidade, o diretor (ou a diretora) continua sendo identificado como a figura central na vida institucional das escolas. No entanto, a análise traz outros dados fundamentais, relativos às contradições e tensões no acesso a cargos de direção: a capacitação dos docentes e o abandono da sala de aula, o conflito por deixar de “ser professora” – especialmente para as mulheres –, de cumprir sua “vocação”, o não-desejo de ser diretor(a), mesmo estando capacitado para tal, e assim por diante. Os homens, no cargo de direção, segundo a autora, conseguiriam ser mais sedutores, negociadores, enquanto as mulheres apresentariam dificuldades em dirigir sem expor sua emocionalidade, e muitas vezes ocultando sua vontade e desejo. Mesmo assim, cresce a participação das mulheres nos cargos diretivos, embora nos cargos de supervisão a tendência seja inversa. De qualquer forma, a hipótese (confirmada) da autora é que os homens agregam legitimidade aos cargos que ocupam, enquanto as mulheres precisam construir a legitimidade de seu poder.

O último artigo deste número – mas não o menos importante – é de Sandra Mara Corazza: “A Roda do Infantil”. Apresentado entre outros textos sobre poder, cidadania e gestão da educação, este trabalho se destaca por fazer a reconstrução histórica de um dos mais contundentes mecanismos de poder-saber relativos à infância: a conhecida “Roda dos Expostos”, que existiu em países como Itália, França, Portugal e Brasil. Diferente do infanticídio, a exposição das crianças na Roda, conforme disserta Sandra, constituiu-se um sistema em que pelo menos três linhas de força se articulavam: a criança exposta, seus expositores e aquele que recolhesse ou não a criança. Para a autora, a importância de investigar um fato histórico como esse está diretamente relacionada com os modos de recolher e criar crianças, em nossas atuais rodas educativas, com o

fim de “otimizar a contabilidade moral e a eficácia produtiva do corpo infantil”. Fundamentada em Foucault, a autora faz no texto uma detalhada reconstrução histórica desse mecanismo de poder-saber, mostrando a cada passo de que modo a Roda foi-se tornando uma “figura emblemática de todos os processos de individuação do infantil ocidental”: uma tecnologia sofisticada que atinge os corpos em profundidade, produz e expande saberes sobre a criança, seus comportamentos, condutas, enfim, sua “infantilidade”. E que, sobretudo, estaria na base das nossas atuais “rodas educativas”, de todos os nossos investimentos em torno do corpo infantil desamparado, verdadeiro suporte de códigos jurídicos, regulamentos e estatutos, dos conjuntos de técnicas de cuidados e condutas, enfim, suporte de um sem-número de regulações desse Outro frágil, a ser permanentemente educado.

Na segunda seção deste número, damos continuidade à publicação das Súmulas de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, iniciada no número anterior a este.

Esperamos que a leitura deste conjunto de artigos possa transformar-se num ato produtivo e dinamizador de novos questionamentos, frente ao complexo tema das relações de poder no espaço escolar, aqui visto em suas ligações mais amplas, ou seja, na medida de sua necessária inserção numa sociedade mundial, com todos os problemas e novas situações daí decorrentes.

Rosa Maria Bueno Fischer
Editora